

**TRT 15ª REGIÃO****ATA DE REUNIÃO**

Evento	Reunião do Subcomitê de Combate ao Assédio
Data	6/11/2025
Horário	11h00
Local	Híbrida - Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Telepresencial pelo <i>Google Meet</i>
Presentes	- Desembargadora Coordenadora Antonia Regina Tancini Pestana; - Desembargador Marcos da Silva Pôrto, magistrado eleito de 2º grau; - Juíza Zilah Ramires Ferreira, indicada pela AMATRA XV no 2º grau; - Juíza Dora Rossi Góes Sanches, magistrada eleita de 1º Grau; - Alan Rogério Oliveira Simões de Melo, servidor eleito de 2ª grau e áreas administrativas; - Simone Fantin, servidora eleita no 1ª grau; - Luiz Henrique de Freitas Pereira, Secretário de Gestão de Pessoas; - Iara Cristina Gomes, Assessora de Gestão Estratégica; - Sérgio de Oliveira Cordeiro, Secretário de Saúde; - Mercia das Virgens Santos, servidora indicada pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão; - Denise Pereira Toniolo, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	- Juíza Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti, magistrada de 1º grau indicada pela Presidência; - Juíza Patrícia Juliana Marchi Alves, indicada AMATRA XV no 1º grau; - Ana Maria da Silva Oliveira, Assessora da Escola Judicial; - Ana Carolina Pitton Cuelbas, servidora do 2º grau indicada pela Presidência; - Janaína Camargo Fuzetti, servidora de 1º grau indicada pela Presidência; - José Aristéia Pereira, representante do SINDIQUINZE no 1º e 2º graus; - Kelly de Cássia Soares Augusto, colaboradora terceirizada no 2º grau; - Patrícia Karina Soares Coelho, colaboradora terceirizada no 1º grau.
Pauta / Assuntos	- Planejamento das Rodas de Conversa com os Secretários de Audiência



A Excelentíssima Desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana, Coordenadora do Subcomitê de Combate ao Assédio, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todas e todos.

- Planejamento das Rodas de Conversa com os Secretários de Audiência:

O Dr. Marcos Pôrto descreveu que o primeiro problema detectado era o fato de que, embora existam dois secretários de audiência, só um recebia a função comissionada. Identificou déficits estruturais crônicos de servidores nos Fóruns grandes, problema agravado pela equalização, pois as exigências da Secretaria equalizada são maiores e o Secretário de Audiências acumula outras tarefas além da pauta. Ele reforçou que o conceito de Vara não acabou e o Secretário de Audiências passou a ser o coração da Vara, não devendo ser sobrecarregado. Mencionou que a implantação do sistema Equaliza foi imposta pela Corregedoria, sem debate prévio sobre seu funcionamento, que a própria expressão "Equaliza" incita um paradoxo, visto que cada Fórum, perfil de litígio, advocacia e servidor são diferentes – o servidor não é um robô.

Luiz Henrique, Secretário de Gestão de Pessoas, informou que a carência de Secretários de Audiência está em parte sanada, pois agora são 2 secretários por Juiz titular e ambos possuem Função Comissionada (FC) nos Fóruns de Campinas, onde o volume de processos é maior. Ele adicionou que as Secretarias Conjuntas vieram para resolver a carência de servidores, visando equalizar e dividir o serviço, não sobrecarregar.

A Dra. Zilah enfatizou que os Secretários de Audiência acumularam boa parte do trabalho da Vara e estão carregando isso sozinhos, resultando no adoecimento do Secretário que a acompanha. O volume de serviço é desumano; o Secretário passa de 3 a 4 dias na sala de audiência e tem no máximo 1 ou 2 dias livres para triagem inicial, petições e tudo o que acontece nos processos da pauta (quase 100% dos processos da Vara). No caso de seu secretário, ele não tem uma segunda pessoa para ajudar e recebe de 100 a 200 processos de um dia para o outro. Ela observou que a situação está levando vários Secretários de Audiência a entregarem o cargo, pois a realidade e a remuneração não compensam. Antes da implantação das Secretarias Conjuntas, essas atribuições (triagem, despachos, notificações) eram realizadas por dois outros servidores da Secretaria da Vara. Atualmente, o Secretário de Audiências tem que fazer todas as notificações, incluindo o retrabalho na transição do domicílio eletrônico.

A Dra. Sofia relatou que sua Secretária de Audiências abriu mão do cargo para não participar do projeto e que o sistema Especializa & Equaliza criou uma angústia. Sua Vara em Bauru estima uma distribuição per capita de 500 processos por servidor. Ela mencionou que entrarão no Equaliza (19 de novembro) com a Secretária de Audiências de férias, forçando o sistema de rodízio/plantão, o que é complicado, pois o servidor em rodízio já acompanha algum magistrado e terá que pegar mais uma pauta.

A Dra. Dora expressou preocupação com a permanência de seu Secretário de Audiências,



pois sua Vara (Jacareí) também migrará em 19 de novembro. Ela lamentou que o método desenvolvido em sua Vara, que utilizava estagiários para auxiliar nas atividades relacionadas à pauta (notificações, controle de audiências, prazos de perito), não será aproveitado na migração, pois as atividades dos estagiários serão definidas pelos Juízes Coordenadores. O Secretário de Audiências fica sozinho nas questões afetas aos processos em pauta, atividade que já é estressante por acompanhar juízes com perfis diferentes.

Simone concordou que as relações interpessoais estão com mais dificuldades no modelo. Ela observou que a Corregedoria, ao buscar um padrão, retirou das unidades o poder de atuação que o Diretor tinha para personificar as soluções. Os Diretores das Secretarias Conjuntas estão "engessados" pelo normativo, que atribui tarefas específicas por servidor, seção e assessoria. A carga de trabalho é muito alta, atingindo também outros servidores e Juízes, com uma divisão per capita em Campinas de 1000 processos por servidor.

Houve consenso de que o foco maior do debate está concentrado na relação dos Secretários com os Juízes e dos Juízes com o sistema equalizado.

Dr. Marcos Pôrto descreveu que a situação observada configura uma questão de assédio organizacional, para além das questões pontuais de relacionamento juiz/secretário.

Também reforçou que o debate é oportuno e que o Subcomitê deve atuar lançando um olhar sobre o funcionamento das Secretarias Conjuntas e o acúmulo de tarefas. Ele destacou que o Comitê irá para ouvir (praticar a escuta ativa), diferentemente das Rodas de Conversas anteriores. Propôs que o Colegiado atue com um olhar focado no indivíduo e na manutenção de um bom ambiente de trabalho, comunicando de forma transparente à Corregedoria sobre as Rodas de Conversa. Sugeriu uma agenda futura, primeiro para Secretários de Audiência (mais urgente) e depois para Assistentes de Juiz.

Dra. Antonia pontuou que a Secretaria Conjunta não irá retroagir, sendo necessário ouvir a base (Juízes e servidores da primeira instância), para fazer uma recomendação e encaminhar para a Corregedoria e a Presidência, buscando amenizar a situação e evitar adoecimentos e afastamentos. Solicitou ao Alan que fizesse um levantamento de todas as sedes das Secretarias Conjuntas (que são mais numerosas que as Circunscrições) até fevereiro, para programar as Rodas de Conversa do primeiro semestre de 2026.

Dr. Marcos Pôrto iniciou a explanação sobre o planejamento da próxima Roda de Conversa, que seria no Fórum de Campinas com os Secretários de Audiência, sugerindo a data de 5 de dezembro. A Roda de Conversa precisaria ser presencial e em horário que propiciasse a participação do maior número de servidores.

Simone, como servidora representante do primeiro grau, sugeriu que sexta-feira à tarde e de forma presencial seria um horário adequado para a participação.

Dra. Antonia definiu a data da primeira Roda de Conversa como sendo o dia 5/12/2025, às 14h30, no Fórum de Campinas.

O Subcomitê concluiu que seria mais interessante convocar apenas os Secretários de



Audiência para que ficassem mais à vontade, sendo necessária uma reunião privada.

Dr. Marcos comentou a importância de realizar uma preparação antes das Rodas de Conversa, estudando os atos normativos atuais para obter um conhecimento mais claro das atribuições dos Secretários. Sugeriu que o Subcomitê montasse uma equipe maior e multidisciplinar para a primeira Roda de Conversa em Campinas.

Dra. Zilah perguntou sobre a possibilidade de a reunião ser híbrida (presencial e virtual), para permitir a manifestação democrática de quem não pudesse comparecer fisicamente.

Luiz Henrique acrescentou que essa reanálise, focada em Secretários de Audiências e Assistentes de Juiz, poderia ser desenvolvida em conjunto com o Comitê de Gestão de Pessoas, pois o assédio pode ser uma consequência de uma gestão desequilibrada onde a pressão pelo trabalho é confundida com assédio.

Simone sugeriu que, além dos servidores, seria muito oportuna uma reunião com os magistrados de primeira instância, para saber quais as dificuldades que eles estão vivenciando nas Secretarias Conjuntas.

Dra. Antonia destacou que é crucial desenhar o formato das Rodas de Conversa e passar para todos os membros do Subcomitê. Ela informou que participará do Encontro Nacional das Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação em Brasília, juntamente de uma servidora membro do Subcomitê, nos dias 17 e 18 de novembro, a pedido da Desembargadora Presidente.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana, Coordenadora do Subcomitê de Combate ao Assédio, agradeceu a participação e encerrou a reunião às 12h02.

Ata preparada por	Denise Pereira Toniolo (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	11/11/2025
Ata revisada por	Patricia Luchi Pesce Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	12/11/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana, Coordenadora do Subcomitê de Combate ao Assédio	Em	18/11/2025

